



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Camile Pegoraro

**O Movimento Sindical como Espaço Educativo:
formação política do trabalhador**

Porto Alegre

1. Semestre

2010

Camile Pegoraro

**O Movimento Sindical como Espaço Educativo:
formação política do trabalhador**

Trabalho de Conclusão apresentado a comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora:

Prof^a. Ms. Maria Beatriz Gomes da Silva

Porto Alegre, RS

1. Semestre

2010

Ao concluir este trabalho, quero agradecer...

... à inesgotável paciência, dedicação, carinho e comprometimento da querida professora e amiga Maria Beatriz Gomes da Silva, minha orientadora neste Trabalho de Conclusão de Curso;

... à professora Laura Fonseca e aos colegas Alessandro, Graciela, Jean e Marcelo, pela dedicação coletiva nas discussões sobre este estudo durante a disciplina de Reflexão sobre Prática Docente em EJA;

... à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB e a todos os trabalhadores participantes desta pesquisa pela imensa contribuição e imediata disponibilidade ao aceitar o convite para o estudo;

... à minha mãe, pelo amor incondicional, apoio e profundo respeito à minha escolha profissional;

... a todas as colegas da Graduação em Pedagogia que, em algum momento, ajudaram a modificar o meu entendimento de mundo, em especial à Ana Carol, pelo carinho e dedicação ao longo desses quatro anos;

... ao meu querido amigo Henrique, pelo grande auxílio no trabalho de transcrição das aulas e entrevistas;

... aos amigos e amigas de todas as horas que de alguma forma contribuíram nessa caminhada.

ELOGIO DA DIALÉTICA

A injustiça avança hoje a passo firme
Os tiranos fazem planos para dez mil anos
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser
como são
Nenhuma voz além da dos que mandam
E em todos os mercados proclama a
exploração;
Isto é apenas o meu começo

Mas entre os oprimidos muitos há que agora
dizem
Aquilo que nós queremos nunca mais o
alcançaremos

Quem ainda está vivo não diga: nunca
O que é seguro não é seguro
As coisas não continuarão a ser como são
Depois de falarem os dominantes
Falarão os dominados
Quem pois ousa dizer: nunca
De quem depende que a opressão prossiga?
De nós
De quem depende que ela acabe? Também de
nós
O que é esmagado que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o
retenha
E nunca será: ainda hoje
Porque os vencidos de hoje são os vencedores
de amanhã.

Bertolt Brecht

RESUMO

O presente estudo trata do movimento sindical como espaço educativo não-escolar para a formação política do trabalhador e sua articulação com o espaço escolar, no que se refere ao objetivo comum de formar para a participação política. O campo escolhido para a coleta de dados foi a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, e seus principais objetivos foram os de compreender os princípios que orientam a formação política do trabalhador vinculado ao movimento sindical e identificar as aproximações possíveis entre a educação não-escolar e escolar. A investigação configurou-se como um estudo de caso e teve como instrumentos empíricos, observações obtidas durante participação em curso oferecido pela CTB, análise de documentos da mesma organização e entrevistas individuais semi-estruturadas com dirigentes, professores e alunos da formação em curso. Dentre os autores que referenciaram, respectivamente, a construção metodológica e a análise dos dados destacam-se: Meksenas (2002), Bobbio (2003), Manfredi (1986), Gramsci (1985) e Freire (2001). Como resultado das análises, emergiu a preocupação da CTB com uma formação política comprometida com a elevação da consciência crítica e apoiada numa concepção classista, a fim de tornar os trabalhadores dos sindicatos participantes ativos nas lutas sociais. Verificou-se, ainda, que a formação oferecida no espaço da CTB pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade que valorize a classe trabalhadora, e que educação não-escolar e escolar podem estar articuladas, no sentido de formar para a participação política, sendo ambas de grande importância no processo de conscientização e emancipação dos trabalhadores.

Palavras-chave: formação política; educação escolar; educação não-escolar

SUMÁRIO

1 PARA INICIAR O ASSUNTO	7
2 DELINEANDO ALGUNS CONCEITOS	10
2.1 SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA: PRIMEIROS INDÍCIOS	10
2.1.1 A Formação nas Centrais Sindicais	15
2.2 O MOVIMENTO SINDICAL COMO ESPAÇO EDUCATIVO NÃO-ESCOLAR	19
2.2.1 Formação Política da CTB: a gestão e concepção da educação no espaço de estudo	22
2.3 SOBRE POLÍTICA E FORMAÇÃO POLÍTICA	24
3 A PROCURA PELAS RESPOSTAS	28
4 TENTATIVAS DE RESPOSTAS	30
4.1 OS SUJEITOS DO ESTUDO E SEU INTERESSE COMUM PELA FORMAÇÃO POLÍTICA.....	30
4.2 SOBRE O PLANEJAMENTO E CONTEÚDO DA FORMAÇÃO.....	34
4.3 SOBRE OS ESPAÇOS PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA	41
4.4 POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR E NÃO- ESCOLAR	44
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	46
REFERÊNCIAS	48

1 PARA INICIAR O ASSUNTO

Várias são as razões que nos levam a optar por um ou outro tipo de estudo, ao final de um curso de graduação, quando, por exigência acadêmica, precisamos elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. São infinitamente amplos os estudos feitos em uma graduação. Entretanto, em determinado momento, nos vemos incitados a optar pelo aprofundamento de algum tema que tenha sido objeto de análise em algumas disciplinas ou que tenha chamado nossa atenção.

Dentre a diversidade dos temas, a educação não formal ou não-escolar¹ foi a que mais me instigou. A aproximação entre o conceito de educação não-escolar e minha experiência de militante de longa data em um partido político, levou-me a aprender muito sobre o andamento do mundo, e complementa até hoje minha formação acadêmica, dando um norte teórico aos caminhos trilhados na Universidade.

Além disso, como já referido, os estudos e exercícios de pesquisa feitos em algumas disciplinas durante o período da graduação, particularmente a intitulada “Gestão e Organização da Educação”, desenvolvida no 3º semestre do Curso, destacaram o quanto a educação não-escolar pode complementar a formação de pessoas para o exercício de uma vida cidadã, capacitando-as para uma participação ativa e qualificada nas suas vivências em sociedade. Nesse contexto, pude perceber que mesmo sendo a escola um espaço educacional imprescindível para formar pessoas que participem da sociedade e que atuem no cotidiano, cumprindo seu papel de cidadãos, outras instituições, em outros espaços, podem alargar o alcance desse objetivo, levando-as a um maior engajamento político. A educação não-escolar “envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca [...]” (GOHN, 2008, p.98).

As inquietações resultantes desse entendimento fizeram com que optasse por

¹ O termo não-escolar, neste caso, é utilizado em substituição ao termo não-formal, utilizado pela maior parte dos autores citados no trabalho, porque, ao longo do estudo, pode-se perceber que o espaço em questão trata a educação com formalidade, não podendo, portanto, ser chamado de espaço não formal.

aprofundar os estudos no espaço da educação não-escolar, devido ao fato de levarem aos seguintes questionamentos: Em que espaços educacionais ocorrem a formação para uma participação política? De que forma tais espaços se organizam no sentido de garantir essa formação? Quais são as possibilidades de articulação dos espaços não-escolares com a educação escolar? De que forma a educação não-escolar complementa e amplia o alcance do objetivo escolar voltado para a formação da cidadania? E, talvez a questão principal: como se pode pensar em educar para a participação política na sociedade de hoje?

Ao compreender que a oferta de educação não-escolar é tão significativa quanto a escolar, embora se diferencie desta no que se refere aos caminhos que levam à formação política do sujeito/cidadão, percebi melhor suas características ou, como nos explicita Gohn (2006):

A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo, etc. (GOHN, 2006, p.30).

Verifica-se, assim, que a educação não-escolar não substitui a educação escolar, no entanto, a complementa. Por não estar submetida à legislação oficial que trata da educação escolar², aquela se permite atingir alguns propósitos de formação política e cidadã que a esta ficam restritos, face à necessidade do cumprimento legal e normativo de objetivos e metas delineados em seu plano curricular.

A partir da opção aqui explicitada, e para melhor aprofundar o estudo pretendido, selecionei como espaço não-escolar, com existência de proposta educativa para uma formação política, uma central sindical orientada por princípios emancipatórios. Tais princípios, segundo Adorno (1995), dizem respeito a entender o processo educativo como orientação para a resistência e transformação das estruturas sociais vigentes. Essa opção se deu por compreender que, historicamente, os sindicatos têm sido um instrumento de organização dos trabalhadores na luta por seus direitos, de onde resultaram diversas e importantes conquistas. Mesmo entendendo que os espaços escolares contribuem para a

²Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei N° 9394/96), Plano Nacional de Educação – PNE (Lei N° 10172/2001), Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (Normativas do Conselho Nacional de Educação – CNE).

formação política de futuros ou atuais trabalhadores, considero um objetivo importante investigar a maneira pela qual os trabalhadores que atuam profissionalmente se constituem em formadores de opinião, para que outros trabalhadores também se constituam em sujeitos que participem e atuem politicamente na sociedade.

Nesse sentido, vem o interesse em entender como uma central sindical, neste caso a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, se organiza e qual sua proposta para a formação política do trabalhador, enquanto dirigente sindical, para que tenha participação ativa. A essa primeira intenção nos interessa entender o quanto isso contribui para o desenvolvimento de uma sociedade que valorize cada vez mais a sua classe trabalhadora, já que é ela, produtora de riquezas, tendo, portanto, papel central no desenvolvimento da economia de um país.

Essa escolha, entretanto, não se deu aleatoriamente, mas sim pelo entendimento que tenho de que a educação deve ser emancipatória e permitir ao sujeito que faça a leitura do mundo. Como nos traz Freire (2000), a educação precisa ser um instrumento de conscientização do sujeito quanto à sua condição social e criar expectativas para que perceba seu importante papel nas mudanças da sociedade. A educação, conforme o autor, não pode assumir um papel de neutralidade. Muito pelo contrário, ou ela está a serviço da decisão, da mudança e da transformação do mundo, ou está a serviço da imobilização e acomodação dos sujeitos em uma realidade que se coloca como imutável.

Nesse entendimento de educação, se faz indispensável a formação política para que os sujeitos leiam e pensem criticamente a realidade do mundo, que conheçam a história para que, assim, entendam que há possibilidades de pensar o futuro e modificá-lo. A mudança principal da sociedade, certamente, não se dará unicamente por meio da educação, mas pertence a esta cumprir o papel essencial de estimular no sujeito o senso crítico e a vontade de lutar por uma transformação e manter vivo o ideal de mundo e de sociedade do mundo em que gostaríamos de viver. “Isso é a utopia ou o sonho que nos instiga a lutar” (FREIRE, 2000, p.133).

Para tal estudo, os principais autores em que busquei inspiração, tanto na construção metodológica, quanto na análise dos dados foram Meksenas (2002), Bobbio (2003), Manfredi (1986), Gramsci (1985) e Freire (2001).

O caminho metodológico trilhado configura-se como estudo de caso, uma vez

que as análises incidem sobre uma unidade social específica. Além disso, minha participação como estudante em um dos cursos ofertados, e minha inserção no espaço analisado dá ao estudo, também, um caráter etnográfico.

Ao desenvolver esse trabalho, procuro, inicialmente, delinear algumas questões que considere importantes na análise e apropriação do objeto de estudo como: a história da formação da classe trabalhadora, o movimento sindical como espaço educativo não-escolar e os conceitos de política e formação política. Em seguida, faço algumas colocações sobre a coleta de dados, momento importante na busca por possíveis respostas às questões explicitadas anteriormente. Na sequência, são feitas algumas análises organizadas nas categorias sujeitos participantes, espaço para a formação política, planejamento e conteúdo da formação e articulações entre educação escolar e não-escolar, buscando responder a algumas dessas questões. Por fim, são anunciadas algumas considerações sobre o estudo, além das dúvidas referentes ao mesmo. No que se refere a essas considerações, cabe destacar a preocupação da CTB com uma formação política comprometida com a elevação da consciência crítica e apoiada numa concepção classista, a fim de tornar os trabalhadores dos sindicatos participantes das lutas sociais. Verificou-se, ainda, que a formação oferecida no espaço da Central pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade que valorize a classe trabalhadora e que educação não-escolar e escolar podem estar articuladas, no sentido de formar para a participação política, sendo ambas de grande importância no processo de conscientização e emancipação dos trabalhadores.

2 DELINEANDO ALGUNS CONCEITOS

Seria impossível falar sobre a formação da classe trabalhadora e seus dirigentes no Brasil sem demarcar como isso se delineou e constituiu historicamente. Assim, procura-se, a seguir, demonstrar de que forma os cursos oferecidos foram se moldando através do tempo, até se tornarem instrumentos de formação política e ideológica, na perspectiva da conscientização e emancipação de classe.

2.1 SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA: PRIMEIROS INDÍCIOS

Podemos dizer que a classe trabalhadora, tal como a entendemos hoje, começou a existir no final do Século XVII, com a Revolução Industrial na Inglaterra. Foi a partir daí, que passou a existir efetivamente um grupo de pessoas assalariadas que trabalhavam diariamente nas fábricas. De acordo com Gianotti (2009), desde o surgimento da classe trabalhadora e com ela os baixos salários e a exploração diária feita pelos donos das fábricas, os trabalhadores organizaram-se para reivindicar direitos. Essas organizações, que mais tarde passaram a ser chamadas de sindicatos, cresceram cada vez mais, à medida que sua trajetória ficava marcada por revoltas e greves dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho. Os primeiros sindicatos surgiram na Inglaterra, e não poderia ser diferente, já que a industrialização nasceu naquele país. Esses sindicatos foram fundados a partir de fortes influências anarquistas³. Os sindicatos são um fenômeno típico do sistema capitalista. Eles surgem somente pelas demandas trazidas com as diferenças sociais cada vez mais acentuadas, que emergiram juntamente com o novo sistema econômico.

No Brasil, como consequência de um sistema escravocrata muito bem estruturado, a industrialização aconteceu somente um século depois, mais

³ Movimento político que defende a extinção do estado, tendo como principal mentor ideológico Mikhail Bakunin que “defendia uma sociedade socialista, com forte tom libertário, fruto da livre e espontânea organização dos trabalhadores” (GIANNOTTI, 2009, p.81).

precisamente, no início do Século XX. As primeiras fábricas a surgirem foram as têxteis e contavam com um grande contingente de trabalhadores imigrantes europeus, que já traziam um legado de lutas por melhores salários e condições de trabalho. Esse legado fez com que, rapidamente, fossem fundadas organizações operárias.

Assim, foi por volta de 1900 que o sistema econômico capitalista começou a se consolidar no Brasil. Naquela época, ainda de acordo com Gianotti (2009), havia cerca de oitenta e cinco mil operários no país. O mesmo autor registra que em 1906, aconteceu no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Operário no Brasil e, como nos sindicatos europeus, orientado por uma ideologia anarquista. Naquele momento, já existiam organizações de trabalhadores, mas somente por deliberação deste Congresso é que estas organizações passaram a ser chamadas de sindicatos. Dentre as deliberações do Congresso, alinhado aos ideais da I Internacional Comunista, de 1864⁴, estava a de que os sindicatos teriam papel fundamental na organização da luta operária.

Entretanto, as atribuições dadas aos sindicatos, só poderiam ser possíveis se houvesse algum tipo de formação dos trabalhadores para a luta política. Podemos dizer que essa formação iniciou, no Brasil, a partir do final do século XIX, com a imprensa anarquista. Não eram, necessariamente, materiais de formação, mas jornais direcionados à informação dos trabalhadores e à divulgação das ideias e acontecimentos da época. Portanto, não se pode desconsiderar que esses materiais difundiam os ideais de luta das organizações sindicais, contribuindo para agregar novos trabalhadores e, também, orientar as ações dos militantes. Muito tempo depois, “os jornais sindicais apresentaram, no período de 1980 – 2002, uma proposta política ideológica bastante nítida, embora limitada” (GIANNOTTI, 2009, p. 85). Desta forma, os sindicatos procuravam dirigir as campanhas e lutas políticas aos trabalhadores. Além dos jornais, certamente, a militância diária também pode ser considerada um instrumento de formação política.

Não podemos deixar de mencionar, também, a criação, em 1922, do Partido Comunista Brasileiro – PCB, que defendia a unidade e organização dos trabalhadores como combate a exploração imposta pelos donos das fábricas. A partir

⁴ Agrupamento internacional de caráter revolucionário e comunista criado, idealizado e dirigido por Karl Marx com o objetivo de organizar e unificar a luta dos movimentos operários de diversos países.

daí, os sindicatos passaram a orientar-se mais por uma visão socialista, enquanto os ideais anarquistas tomaram menores dimensões. “A imprensa anarquista perde espaço, e o seu lugar é assumido pela imprensa comunista” (GIANOTTI, 2009, p. 84).

Durante o primeiro período do governo de Getúlio Vargas, época de muitas contradições, houve acordos e leis que beneficiaram os trabalhadores, como a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, por exemplo. Em contrapartida, em 1935, foram criadas leis autoritárias que davam sustentação a diversos tipos de repressão aos movimentos de contestação organizados. Em 1º de maio do mesmo ano, foi criada pelos comunistas, a primeira central sindical brasileira: Confederação Sindical Unitária Brasileira – CSUB, que logo em seguida foi tornada ilegal pelo governo Vargas. O movimento sindical, com o acúmulo de aprendizado com as lutas sociais pelas quais vinha passando somado à influência dos ideais comunistas, passa a se constituir como uma força política mais coesa, na medida em que assume seu caráter classista.

Não resta a menor dúvida, que, à medida que o operariado urbano ia se constituindo como uma força política e ia se articulando com outras forças sociais ao nível da sociedade civil [...], ele veio a se constituir, principalmente na conjuntura pré-golpe, como um pólo antagônico em relação às classes dominantes e uma ameaça ao próprio sistema capitalista.” (MANFREDI, 1986, p.38)

Conforme a exposição de Manfredi (1986), até 1964, período pré-ditadura militar, a maioria dos cursos existentes acontecia fora das estruturas sindicais. “A maior parte dos dirigentes sindicais que frequentaram cursos de capacitação sindical, fizeram-no em entidades governamentais ou internacionais” (MANFREDI, 1986, p.46). De acordo com dados oferecidos pela autora, até 1964, em São Paulo, das setenta e uma entidades sindicais, apenas oito ofereciam cursos, sendo que estes não tinham conotação político-ideológica, mas sim de profissionalização e alfabetização. Isso, certamente, tem a ver com a conjuntura da época, já que grande parte da classe trabalhadora era desprovida deste direito. Percebe-se, assim, o caráter assistencialista a que se propunham os movimentos sindicais, suprimindo uma demanda que deveria ser atribuída ao Estado (MANFREDI, 1986). Constatamos, assim, que não havia uma grande preocupação dos movimentos com a formação para a participação política.

Os cursos oferecidos por instituições governamentais funcionavam como uma forma de “mediar as relações entre capital e trabalho [...] e como canais de reprodução da ideologia dominante” (MANFREDI, 1986, p.48), com a intenção de transmitir uma estrutura e ideologia sindical com controle extremo do Estado, impedindo, assim, que se constituísse uma maior autonomia do próprio movimento. Além desses, como observado por Manfredi (1986), haviam cursos de caráter internacional, oferecidos por instituições ligadas ao movimento sindical americano, pautados por uma formação ideológica, que difundia o anticomunismo e um movimento sindical de caráter apolítico. Verificamos, então, que esse tipo de formação sindical pouco contribuía para as lutas dos trabalhadores, cumprindo um papel de difundir os ideais da elite e não de emancipar e conscientizar a classe trabalhadora.

Entretanto, apesar do citado acima, Manfredi (1986) também explicita que houve um movimento de oposição a essa ofensiva das classes hegemônicas da época. Neste mesmo período, entre 1960 e 1964, foram oferecidos cursos que aconteciam nos sindicatos com melhores condições financeiras, como os Metalúrgicos de São Paulo. Os cursos, a princípio, tinham como objetivo apropriar os trabalhadores de seus direitos legais e alfabetizar, mas, progressivamente, foram se transformando em cursos de cunho político, difundindo uma consciência classista. “Neste sindicato, em 1960, esses cursos de legislação foram substituídos por aulas e palestras sobre a história do sindicalismo no mundo” (MANFREDI, 1986, p.55). Mas, como nos diz, ainda, a autora, esses cursos eram mais escassos e destinavam-se mais à formação dos dirigentes do que da massa trabalhadora. A difusão massiva dessas ideias era feita nos jornais, instrumento historicamente muito utilizado. A imprensa operária sempre foi utilizada como o instrumento de politização mais empregado, como canal de comunicação entre dirigentes e base, e eram escritos, na maioria das vezes, pelos próprios dirigentes.

Anos mais tarde, com o golpe militar de 1964 que depôs João Goulart e instaurou um longo período de ditadura, os sindicatos e organizações de trabalhadores foram postos na ilegalidade e qualquer organização que pusesse contestar o regime militar foi extinta. Grande parte dos dirigentes sindicais e partidários de esquerda foram presos, perseguidos, torturados e assassinados. Apesar disso, o movimento dos trabalhadores não acabou. Nesse período, houve a implementação de um maior número de indústrias no Brasil, vindas com a expansão

do capital internacional, o que, conseqüentemente, aumentou consideravelmente o número de trabalhadores do setor. Sendo assim, mesmo frente a todas as repressões, o movimento crescia e continuava a se organizar, principalmente no interior das fábricas (MANFREDI, 1986). Assim, contraditoriamente, a ditadura acabou forjando um período de acumulação de forças dos movimentos de trabalhadores que, em 1978, resultou em inúmeras greves no país e, principalmente, nas maiores empresas da grande São Paulo.

O período ditatorial acabou tornando-se um importante momento de revisão e autocrítica do movimento, o que teve muitos reflexos no processo educacional. Houve um avanço no sentido de ousar mais quanto aos cursos que, até então, supriam a falta de escolas na rede pública, para uma educação de formação sindical. De acordo com Manfredi (1986), por volta de 1970, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo delibera em congresso que haja um Departamento de Educação e Cultura e indica um dirigente como responsável pela formação. Desde então, a educação sindical parece se organizar a partir das necessidades do movimento.

O que há de novo nas propostas de encontros, congressos e cursos de capacitação nesse período é o surgimento de uma perspectiva de educação nascida da iniciativa dos próprios dirigentes e militantes sindicais, tendo em vista as necessidades específicas do próprio movimento. Essa nova tendência, que se gesta durante o período de resistência, vai se reavivar a partir de 1978, com as greves de 1978 e 1979 e o ascenso do movimento operário-sindical (MANFREDI, 1986, p.111).

Para além disso, pouco parece ter-se avançado em relação ao período anterior à ditadura. Pode-se dizer que isso ocorreu em função do período histórico em questão, que dificultava imensamente a organização de qualquer movimento.

O término da ditadura, certamente, contou com ampla participação dos trabalhadores a partir de mobilizações organizadas pelos sindicatos. Com isso, vem a reorganização dos sindicatos e, assim, a fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, primeira central sindical que existiu de fato.

Houve diversas mobilizações em que se pode contar com as organizações de trabalhadores. Podemos citar várias, como o movimento Fora Collor⁵, a luta contra a

⁵ Movimento de grande mobilização popular que contava, na sua maioria, com a participação de movimentos estudantis e de trabalhadores e que, em 1992, levou ao impeachment do então presidente brasileiro Fernando Collor de Mello.

implementação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, a luta pela Reforma Agrária, contra as privatizações frequentes no governo de Fernando Henrique Cardoso e, não se pode deixar de mencionar, a participação massiva dos trabalhadores no processo que levou a eleição do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Não foi encontrando nenhum registro referente à preocupação das centrais sindicais com a formação dos trabalhadores, devido ao fato dessas centrais serem organizações muito recentes. Pesquisando a história das organizações de trabalhadores, pareceu-me, como já mencionado anteriormente, que essa formação política acontecia muito mais nos materiais publicados pelos sindicatos, como jornais e panfletos, do que nos cursos oferecidos, já que, em sua maioria, destinavam-se a alfabetização e a educação vocacional e profissionalizante. Entretanto, a formação de um ponto de vista mais político ocorria informalmente, na militância diária ou nos partidos políticos aos quais os dirigentes sindicais eram filiados, já que a maioria deles pertencia a essas entidades.

2.1.1 A Formação nas Centrais Sindicais

Como visto anteriormente, na pré-ditadura e durante o próprio período ditatorial, a formação nos sindicatos era escassa; na década de 80 não há uma mudança significativa neste quadro. Ainda podemos afirmar que a educação nos sindicatos era um tanto restrita aos cursos profissionalizantes de qualificação do trabalhador. Manfredi (2002) destaca que, neste período, entre as entidades sindicais de empregadores e empregados, apenas 6,2% mantinham formação. Assim como nas décadas anteriores, esses cursos eram majoritariamente de profissionalização. Apenas a partir 1996 é que a educação nessas entidades tem um salto quantitativo.

Do ponto de vista qualitativo, durante os anos 80 e 90, foi possível identificar três tipos distintos de iniciativas de formação profissional: um primeiro grupo de iniciativas educativas que não se diferenciavam dos cursos regulares conveniados, ora com o Senai, o Sesc, o Sesi, etc., ora com os órgãos públicos [...] e entidades assistencialistas. Um segundo grupo que surge a partir dos anos 90, autônomas em relação às estruturas e propostas

institucionais [...]. (MANFREDI, 2002, p.245-246).

Quanto a esse segundo grupo, pouco se diferenciava do primeiro. Eram, também, propostas de cunho profissionalizante, apenas não eram vinculadas a outros órgãos, como no primeiro grupo. Podemos perceber, a partir do descrito acima, que apesar do salto quantitativo, em sua grande maioria, os cursos preocupavam-se com a formação e qualificação dos trabalhadores para atender às necessidades do mercado de trabalho. Entretanto, além disso, a mesma autora relata que existia um terceiro grupo, em que se demonstravam tentativas de formação do trabalhador enquanto agente político, conforme podemos verificar abaixo.

Um terceiro grupo de iniciativas inclui as escolas que, estruturadas e reconhecidas pelos órgãos educacionais competentes, estão, contudo, passando por processos de reestruturação e redimensionamento por serem mantidas com recursos de entidades sindicais de trabalhadores, cujas diretorias promoveram discussões políticas sobre sua natureza e função. Idealizadas para atender prioridades político-culturais que fazem parte do horizonte dos trabalhadores, estão sendo reestruturadas com a introdução de inovações curriculares, metodológicas e nas formas de gestão. Tais experiências são recentes e embrionárias, numericamente pouco expressivas, mas revelam a preocupação política dos setores mais organizados do movimento sindical brasileiro de se envolverem com a elaboração de propostas em prol de uma escola popular e pública que atenda os interesses da classe trabalhadora brasileira, criadas com base em seus espaços de governabilidade. (MANFREDI, 2002, p.247)

Para exemplificar o que a autora nos traz, podemos citar a Escola Técnica José César de Mesquita, em Porto Alegre. Tendo como mantenedora o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Porto Alegre – STIMMEPA, o objetivo dessa escola é a “formação de cidadãos críticos, solidários e participativos, além de técnicos competentes e aptos para participarem dos processos tecnológicos em curso na humanidade”⁶. É evidente a preocupação com a educação profissionalizante, entretanto, ancorada em propósitos de formação política e crítica dos sujeitos.

As mudanças referentes à formação política dos trabalhadores ocorreram frente à necessidade de uma maior politização dos movimentos sociais como um todo, devido ao momento histórico de abertura democrática. A movimentação da

⁶ Disponível em: <http://www.mesquita.com.br/index.php>. Acesso em 26 de abril de 2010.

sociedade, pela grande quantidade de manifestações populares, que veio ocorrendo desde a luta pelo final da ditadura, com o movimento que reivindicou eleições diretas para presidente até o movimento Fora Collor durante a década de 90, sem dúvida, passa a exigir um movimento sindical mais organizado e qualificado, capaz de opinar e discutir sobre os rumos da sociedade.

A partir de então, na década de 90, se organizam as centrais sindicais com propostas variadas de formação de trabalhadores. “De experiências e vozes isoladas e pontuais, as centrais e as entidades sindicais nacionais passaram a ter papel mais ativo, ora como agentes formadores, ora como proponentes de políticas públicas” (MANFREDI, 2002, p. 248). Poderíamos citar um bom número de centrais sindicais para estudo, mas houve aqui uma escolha quanto à representatividade de cada uma. Será melhor detalhada, portanto, a formação nas duas maiores Centrais do Brasil, conforme dados do Ministério do Trabalho publicados em diário oficial: a CUT e a Força Sindical.

a) Central Única dos Trabalhadores, com índice de representatividade de 38,23%; b) Força Sindical, com índice de representatividade de 13,71%; c) CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, com índice de representatividade de 7,55%; d) UGT - União Geral dos Trabalhadores, com índice de representatividade de 7,19%; e) NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores, com índice de representatividade de 6,69%; e f) CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, com índice de representatividade de 5,04%; (DOU, 2010, p. 79).

Na CUT, a preocupação com a formação se deu a partir de 1992, com a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar questões que diziam respeito à educação dos trabalhadores. “Esse grupo elegeu como prioridade, em suas atividades, aprofundar discussões e reflexões sobre o eixo temático “educação e trabalho”, com ênfase na questão da formação profissional de nível médio” (MANFREDI, 2002, p.249). Diz a mesma autora, que apesar da preocupação da central com a formação profissional dos trabalhadores, afirmava claramente que o dever desta formação pertencia ao Estado e que, portanto, as entidades sindicais não poderiam tomá-la para si. Outrossim, deveriam organizar políticas de formação profissional que dessem resposta às necessidades da classe trabalhadora. Percebem-se, aí, as dicotomias envolvidas na proposta de formação da CUT. A Central reconhece que a educação precisa ser garantida pelo Estado, mas percebe também a importância de seu papel em interferir nessa formação.

Até 1998, as ações de formação dessa Central eram bastante dispersas, pois ocorriam apenas em alguns sindicatos filiados. Após esse ano, houve implementação do chamado Projeto IV, com o intuito de unificar os programas das CUTs estaduais e fortalecer uma política nacional de formação. A partir de então, com o encaminhamento ao Ministério do Trabalho de projetos de qualificação profissional, as Centrais Sindicais passam a assumir convênios com o órgão estatal para formação dos trabalhadores. Para inserir-se em tal programa, “os projetos das entidades filiadas à CUT deveriam ser contemplados por um único projeto” (MANFREDI, 2002, p.251). Essa demanda também contribuiu para forjar a necessidade de unificar os projetos de formação.

É bastante evidente que os projetos cutistas estiveram circunscritos a uma qualificação profissional, mas, para além disso, demonstraram ter a preocupação de, concomitantemente, trabalhar para a formação crítica dos sujeitos, embora a questão principal fosse a qualificação profissional. A Central preocupava-se com a formação do trabalhador, tendo como “princípios e diretrizes atinentes a uma cultura sindical de cunho socialista, voltada para a emancipação social e política das classes que vivem do trabalho” (MANFREDI, 2002, p.255). Além desses cursos, para a formação profissional dos trabalhadores, podem ser citados os cursos de formação de formadores, que pretendiam

[...] garantir aos educadores uma formação contínua e sistemática que lhes permita atuar, no processo educativo, de modo tecnicamente competente (combinando abordagens metodológicas ao desenvolvimento de conteúdos específicos), bem como desenvolver a capacidade de trabalhar em conjunto e de fazer uma leitura crítica de mundo na ótica do trabalho. (MANFREDI, 2002,P. 266)

Ainda em consonância com as ideias da mesma autora, nota-se que, dentre as principais centrais sindicais existentes, a CUT é a que possui maior acúmulo no que diz respeito a elaboração dos programas de formação.

Na Força Sindical, as discussões sobre educação profissional são mais recentes. No congresso realizado em 1997 houve a elaboração, pela Secretaria Nacional de Formação, de um documento para fundamentar a discussão sobre a formação profissional no interior da Central (MANFREDI, 2002). O projeto educacional da Força Sindical diz respeito a contribuir para a “modernização da sociedade capitalista, tendo como modelo uma sociedade baseada na livre

concorrência do mercado, na competição, na prosperidade, na produtividade, na democracia e na participação” (MANFREDI, 2002, p.268). Observa-se, portanto, que a Central já vinha se orientando por diretrizes neoliberais, entendendo que ao Estado cabe apenas elaborar algumas políticas de segurança, se desresponsabilizando por qualquer política social mais profunda, não importando o processo de conscientização e formação crítica do trabalhador, e sim, simplesmente, uma formação para o mercado de trabalho.

Neste sentido, como podemos ver, a Força Sindical se mostra um tanto conservadora, com um projeto em consonância com o mercado de trabalho. Se na CUT verificamos uma priorização da formação profissional em detrimento do que diz respeito à formação política em que essa, mesmo que com falhas, ainda é mencionada, na Força Sindical essa perspectiva de formação é totalmente inexistente. Para essa Central, a educação é vista como um “mecanismo de elevação das condições de barganha e de competição dos trabalhadores no mercado” (MANFREDI, 2002, p.268). Em outras palavras, a educação é vista como simples meio de disputa e ascensão social e os trabalhadores precisam de formação somente para atender às exigências e demandas do mercado de trabalho.

Essa central defende uma integração entre educação e sistema produtivo, direcionando seus cursos profissionalizantes no sentido de formar “trabalhadores de diversos setores da atividade produtiva, a fim de contribuir para seu aprimoramento profissional, mediante o acesso aos conhecimentos relativos aos novos processos de produção e trabalho” (MANFREDI, 2002, p.270). A partir dos estudos da autora, percebemos apenas algumas inquietações quanto à inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, mas nenhuma preocupação com uma formação que se proponha a ir além.

2.2 O MOVIMENTO SINDICAL COMO ESPAÇO EDUCATIVO NÃO-ESCOLAR

Muitos são os espaços que podem contribuir para a educação dos sujeitos. A escola, como já mencionado, é o principal deles. Porém, podemos citar inúmeros espaços e organizações não-escolares que complementam a educação escolar. Ou, como lembra Gadotti (2005, p.2), “além das escolas (onde também pode ser

oferecida a educação não-formal) temos as organizações não governamentais [...], as igrejas, os sindicatos, a mídia, as associações de bairros, etc.” Para além dos espaços apontados pelo autor, cabe lembrar a participação dos movimentos sociais na sua totalidade. Sobre os saberes produzidos por esses movimentos, Gohn (1994) os caracteriza como “um instrumento poderoso das classes populares” e acrescenta, ainda, que

o saber popular politizado, condensado em práticas políticas participativas, torna-se uma ameaça às classes dominantes à medida que ele reivindica espaços nos aparelhos estatais, através de conselhos etc, com caráter deliberativo. Isto porque o saber popular estaria invadindo o campo de construção da teia de dominação das redes de relações sociais e da vida social. (GOHN, 1994, p.51)

Percebemos a preocupação da autora no sentido de que os saberes precisam estender-se para além da teoria e serem instrumentos para a prática política. Nesse sentido, cabe, também, mencionar os vários elementos comuns que possuem o movimento sindical e a educação. Além de agregar teoria e prática, é importante destacar a construção da Cidadania. Existe a preocupação, no que diz respeito à formação do indivíduo para que perceba a sua importância no coletivo, contrapondo-se a difusão dos ideais individualistas. Procura-se trabalhar com uma tomada de consciência acerca do que a organização dos trabalhadores pode fazer para a transformação da sociedade, tratando essa organização a partir da perspectiva de classe.

A união das diferentes categorias contra a exploração capitalista que a todos aflige, no campo e nas cidades – independente da diversidade de profissões, qualificações, situação social, vínculo laboral, gênero, raça, etnia ou orientação sexual –, é fundamental para o êxito das lutas e conquistas dos objetivos táticos e estratégicos do movimento sindical. (CTB, 2008, p. 47).

A partir dessa reflexão, percebe-se a preocupação com a organização do coletivo a que se propõe a CTB. Trata-se da educação para o convívio em sociedade, o entendimento de como ela se organiza e a necessidade da organização para a luta coletiva por mudanças sociais. Na discussão de Gohn (1994), a luta sindical, e dos movimentos sociais em geral, se dá no sentido de garantir direitos para a coletividade, diferentemente da cidadania neoliberal, entendida do ponto de vista do indivíduo. Essa construção de coletividade, já é um

processo educativo, que se constrói na prática, na militância diária e nas lutas cotidianas.

Podemos citar também, a preocupação deste movimento, assim como ocorre nas escolas públicas em geral, com a luta por direitos sociais, garantindo o entendimento do sujeito sobre o acesso a questões básicas. Isso diz respeito à formação do cidadão enquanto agente político na sociedade, que passa a compreender o público como espaço seu e não como algo distante. Neste caso, a educação não-escolar aperfeiçoa processos de desenvolvimento da criticidade que nem sempre são contemplados pela escola, configurando-se, assim, como um importante instrumento complementar da educação escolar.

Entretanto, o processo de educação em uma central sindical não é espontâneo, o que salienta ainda mais seu cunho educativo. Mesmo que se verifique com grande intensidade na ação cotidiana, esse processo não acontece somente na prática. Para tanto, exige a estruturação de cursos, materiais e um grupo de pessoas que auxiliem no processo educativo, do ponto de vista político e pedagógico, criando estratégias que facilitem a construção e elaboração de conceitos pelos educandos em questão. Não podemos esquecer, ainda, a questão da troca de experiências e os debates em grupo, que contribuem intensamente para a elaboração dos saberes coletivos.

O conhecimento da história e conquistas de determinado grupo evita que erros históricos se repitam. Diz respeito ao entendimento de que somos sujeitos históricos e não simples objetos da história (FREIRE, 2006). O conhecimento de lutas e experiências passadas exerce a função de instrumento de modificação do presente, pois, ao compreender as conquistas garantidas pela força que possuíram os movimentos organizados, aprende-se que a história não é determinada, mas é mutável. Esse ideal é importante na medida em que contraria o que disseminam os meios de comunicação em massa, que fazem do conformismo das relações econômicas e sociais estabelecidas o senso comum na sociedade e que pregam o futuro como algo inexorável (GOHN, 1994). Ao desvendar as diferenças sociais que a sociedade insiste em esconder, toma-se consciência da necessidade da mudança. Esse é um princípio fundamental da prática educativa, independente do espaço em que aconteça. A constatação dá instrumentos para a ação.

Com o explicitado anteriormente, percebemos o caráter dos sindicatos como espaço de formação política do trabalhador e que pode contribuir muito para

complementação dos saberes escolares. Assim, é importante, após situar o movimento sindical como espaço de formação política, fazer algumas considerações sobre a formação política no espaço de estudo.

2.2.1 Formação Política da CTB: a gestão e concepção da educação no espaço de estudo

Neste espaço, pretende-se explicitar a forma como a CTB compreende a educação do trabalhador e de que forma organiza-se para oferecê-la. Para tanto, foram utilizados alguns documentos de elaboração da Central que encontram-se reunidos em um livro e são destinados aos sindicatos afiliados. Não houve dificuldades em encontrar referências às compreensões da Central sobre a educação, tanto no que se refere à educação específica da entidade, para os trabalhadores, ou à concepção de educação de forma mais ampla. Além disso, é importante trazer a concepção que a Central assume, acerca do papel dos sindicatos, enquanto instrumento para a luta política.

Cabe aos sindicatos, em suas respectivas áreas de atuação, não só a organização das campanhas salariais e a assinatura de acordos coletivos locais, regionais, estaduais ou nacionais, de acordo com a abrangência de suas bases; é indispensável envolvê-los de forma mais permanente e profunda nas batalhas políticas, na educação classista das bases. (CTB, 2008, p.65)

A respeito do entendimento da Central sobre a educação, de forma mais ampla, encontramos desde críticas ao sistema educacional vigente, até propostas de mudanças na educação. Salta aos olhos a ênfase dada pela CTB, em seus documentos, no que diz respeito à reestruturação da educação rural, entendida por ela como um extremante ineficiente.

A educação no espaço rural adquire papel primordial para o conhecimento, valorização e uso sustentável dos recursos naturais, bem como para a capacitação e elevação da produtividade. É indispensável a reestruturação da educação no espaço rural. A grade curricular deve se adequar aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em consonância com as diretrizes operacionais para a educação básica das escolas. As escolas do espaço rural devem servir para o aprendizado das crianças, adultos e terceira idade, transformando-se em um centro de

convivência e produção do conhecimento. (CTB, 2008, p. 41)

A luta pela valorização do trabalhador do campo é de grande importância, na medida em que contribui para a redução do número de jovens que saem do meio rural engrossando as filas de emprego dos grandes centros urbanos, na busca pelo sonho irreal de bons empregos, contribuindo para a precarização do trabalho, baixos salários e o aumento do desemprego nas cidades. “A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população urbana em relação à rural [...]” (MARX; ENGELS 2001, p.35). O respeito ao trabalhador do campo tem relação direta com a busca de alternativas para contrapor-se à distinção histórica que o sistema capitalista trouxe entre campo e cidade, em nome do desenvolvimento industrial.

A respeito da formação política oferecida pela Central, pode-se perceber que ela encontra, nos documentos, um lugar privilegiado, explicitando, principalmente como compreende o papel que tem a formação política para os trabalhadores. “A CTB concederá especial atenção à educação e formação da classe trabalhadora, indispensável à elevação da consciência social e consolidação de uma identidade classista, essencial à luta por uma sociedade sem explorados e/ou exploradores” (CTB, 2008, p. 52).

O entendimento da CTB sobre a importância da educação fica claro em vários momentos, na leitura dos documentos. No que diz respeito aos objetivos explicitados em seu estatuto, a Central toma para si, como uma meta importante, a tarefa de “contribuir para a elevação do nível de consciência social, cultural e de formação política e sindical dos trabalhadores e trabalhadoras” (CTB, 2008, p. 94).

Constatamos, também, que a CTB mantém em sua estrutura organizacional uma Secretaria de Formação, que tem como objetivo gerir o espaço da educação na Central. Este espaço encontra-se delimitado (assim como o das outras Secretarias), no seu Estatuto, da maneira como vemos, a seguir:

São atribuições do Secretário ou Secretária de Formação e Cultura:

1. Desenvolver as atividades de formação política, sindical, cultura, esporte e lazer em consonância com os objetivos da CTB;
2. Buscar a memória histórica, documentando as lutas e experiências dos trabalhadores e trabalhadoras, criando arquivo das deliberações dos órgãos, fóruns e instâncias da CTB;
3. Estabelecer convênios com entidades sindicais, escolas e centros especializados em formação política e sindical que possam contribuir com as atividades da CTB;

4. Elaborar estudos e projetos de sua área, organizando a documentação pertinente e transmitir as informações aos demais membros da executiva. (Estatuto da CTB, in CTB 2008, p.65).

Verificamos, ainda, que a Central entende o movimento sindical não somente como uma entidade de atuação nas negociações salariais, mas como movimento que para, além disso, deve contribuir para a formação crítica das bases, incentivando a luta por “igualdade e justiça econômica, política e social” (CTB, 2008, p. 52). A esse respeito, nos diz ainda que, “nossos sindicatos precisam estimular a reeducação dos corpos, almas e mentalidades, contribuindo para a preparação dos novos homens e das novas mulheres para uma nova sociedade” (CTB, 2008, p. 52). Revela-se, desta forma, que a Central caminha com uma perspectiva de que a educação dos trabalhadores deve estar a serviço da construção de outro tipo de sociedade e que o espaço sindical deve estar comprometido e estruturar-se como universo de formação política.

2.3 SOBRE POLÍTICA E FORMAÇÃO POLÍTICA

Não se pode falar em educação para participação política sem, mesmo que brevemente, como é o caso aqui, definir o que é e sob quais perspectivas teóricas o conceito de política é tratado. São inúmeras as teorias que podemos utilizar para definir esse conceito, porém, no contexto atual, duas perspectivas parecem sobreporem-se, ainda que se considere as nuances que cada uma contém.

Assim, levando em consideração a sociedade e, por consequência, o modelo econômico em que vivemos, a política passou a ser definida como mera atribuição dos detentores de mandatos, ou seja, membros do executivo e legislativo, seja no nível municipal, estadual ou federal. “Os políticos são aqueles atores cuja posição resulta de mandatos eletivos. Por isso, sua atuação é condicionada principalmente pelo cálculo eleitoral e pelo pertencimento a partidos políticos” (RUA, 1997, p.4). Para a autora, esse conceito burocrático de política está no interior do senso comum. É praticamente impossível pensar em política sem que nosso pensamento se remeta aos parlamentares.

Mas, a política vai além dessa constatação. Como nos diz Bobbio (2003), “a

política é uma das grandes categorias nas quais se divide o universo social, aquela em que se realizam ações entre os indivíduos, em que se formam grupos de sujeitos e se desenvolvem relações entre grupos.” Como ressalta ainda o mesmo autor, é possível analisar a esfera política em separado de toda e qualquer outra questão ou relação que possa perpassá-la, como o social, o econômico, o ideológico e classificá-la como o conjunto das relações entre os indivíduos, em determinada sociedade. Relações essas, determinantes para que os homens se diferenciem dos outros animais. Entretanto, com base no entendimento de que vivemos em um sistema econômico regido pela divisão entre classes sociais, essa definição não será utilizada aqui. Essa escolha se deve à compreensão de que esse conceito não contempla a complexidade das relações da sociedade em questão.

Portanto, optou-se por utilizar o conceito de política como uma forma de organização da sociedade considerando as relações de poder aí estabelecidas. “Emprega-se o termo “política”, normalmente, para designar a esfera das ações que têm relação direta ou indireta com a conquista ou o exercício do poder último [...] sobre uma comunidade de indivíduos em um território” (BOBBIO, 2003, p.139). Ainda utilizando o pensamento do autor, o conceito de relações de poder, se estende a todo o tipo de relações entre os mais variados grupos desde que um exerça um determinado domínio sobre o outro, seja no grupo familiar, escolar ou o poder estatal, que diz respeito ao vínculo estabelecido entre os governantes e governados.

Para Marx, entretanto, as relações políticas estabelecidas no capitalismo são baseadas nas disputas entre as classes econômicas, sendo que o domínio de uma classe sobre a outra tem a ver com o que esse grupo possui, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção. “O executivo do estado moderno não passa de um comitê para gerir os negócios coletivos de toda a classe burguesa.” (MARX; ENGELS, 2001, p.31). Embora a evidente luta dos movimentos sociais para que o Estado cumpra um papel que vá além do que Marx denuncia e a adequação do poder estatal às mudanças históricas, não se pode negar que sua função principal é, historicamente, a manutenção dessa sociedade.

Sendo assim, na perspectiva marxista, o Estado existe, prioritariamente, para administrar os conflitos entre os que detêm os meios de produção (burguesia) e os que não os têm (os trabalhadores), e, por isso, vendem seu maior bem, ou seja, a sua força de trabalho. Então, da relação de disputa entre essas classes sociais e para garantir o direito à propriedade, é que surge o Estado. Já que este nasce com o

intuito de apaziguar a disputa social, conseqüentemente, será governado pelos que detêm os meios de produção. A classe econômica mais favorecida, presumivelmente, deterá o poder do Estado. Logo, se o Estado moderno nasce com o capitalismo, pode-se afirmar que as relações políticas no capitalismo são, em síntese, a disputa pelo poder do Estado.

A política, da forma como é conhecida hoje, se constitui com o surgimento da sociedade dividida em classes sociais, enquanto manifestação do humano na disputa pela riqueza e pelo poder. A luta pelo poder político, entretanto, não se esgota no indivíduo, mas tem como foco a divisão da sociedade em classes, sendo, assim, uma luta coletiva. A superação da luta política, portanto, é condição essencial para a extinção da sociedade de classes (SILVA, 2009).

A partir do conceito de política definido acima e dos objetivos deste trabalho, como já referido, se faz necessário retomar a seguinte questão: como educar para a participação política na sociedade de hoje?

Compartilhando do conceito freiriano, de que o homem é um ser histórico e inacabado, que se transforma ao mesmo tempo em que transforma a sociedade e seu meio (FREIRE, 2006), podemos entender de que forma o sujeito se transforma em conjunto com as mudanças sociais e históricas. O homem é um ser que age em conjunto com a natureza ao mesmo tempo em que permite que esta aja sobre ele, transformando-o. Essa transformação do homem dá-se, também, por intermédio da consciência política ou pelo conceito de política assumido anteriormente, o entendimento de fazer parte do coletivo, de ser um *ser histórico* que contribui para a transformação social.

A conscientização implica que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume posição epistemológica. (FREIRE, 2008, p.30).

Sendo assim, entende-se, como Freire, que a conscientização não é algo automático. Ela depende de como o homem interpreta e conhece a realidade, além, é claro, das transformações históricas, culturais, sociais e econômicas envolvidas. A conscientização, entretanto, é muito mais do que a simples tomada de consciência. Diz respeito à ação do homem a partir desta tomada. Nesse sentido, vale ressaltar a importância da educação não-escolar neste processo. A educação nos sindicatos e

movimentos sociais como um todo deve contribuir para a tomada de consciência política, mostrando como cada indivíduo pode ser capaz de cumprir seu papel coletivamente na sociedade, formando sujeitos “capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de cumprir, de romper, de escolher” (FREIRE, 2006, p.51).

A formação precisa preparar para a luta política. Para além do indivíduo, ressalta-se a importância da consciência coletiva, para atingir o desejo de mudança. Portanto, qualquer luta por mudança política precisa ter um objetivo maior, emancipatório, de modificação da sociedade e não de alguém ou de alguma instituição, particularmente. Caso contrário, essa luta tem um fim em si mesma, não contribuindo para os processos de mudança. São a visão, a conscientização e a participação política que tornam os homens capazes de compreenderem a estrutura social existente, permitindo sua transformação.

3 A PROCURA POR ALGUMAS RESPOSTAS

Em estudos científicos, há uma necessidade de utilização de determinado método, além de uma metodologia para a coleta de informações que nos levem à tentativa de buscar as respostas aos questionamentos propostos. Assim, considerando o que diz Meksenas (2002, p. 119), este estudo, se caracteriza, principalmente, como um estudo de caso, na medida em que “incide sobre uma unidade social significativa”, ou seja, analisa o objeto de estudo em um espaço delimitado.

Contudo, mesmo analisando um caso específico, se faz necessário entender de que forma ele se relaciona com a sociedade ao seu redor. Configurar essa análise como um estudo de caso, não significa dissociar o objeto de estudo da realidade em que está inserido, mas sim partir dela para melhor compreendê-lo.

Corroborando com o autor, o fato de a investigação estar centrada a uma unidade social exige a realização de um estudo intensivo, um mergulho profundo neste objeto de estudo. É necessário “lançar mão de vários recursos na obtenção dos dados da pesquisa” (MEKSENAS, 2002, p. 119). Desta forma, foram utilizadas mais de uma maneira para a busca das respostas aos questionamentos que originaram este estudo, como tentativa de apreender o maior número possível de aspectos que identifiquem o espaço em questão.

A centralidade dessa busca se deu, principalmente, através de entrevistas feitas aos formadores e formandos. Mas, além disso, coloquei-me como participante de um dos cursos oferecidos pela Central aos sindicatos associados. Portanto, levei em consideração que “tal perspectiva de método obriga a presença do pesquisador na unidade investigada e [...] sua interação com os sujeitos pesquisados” (MEKSENAS, 2002, p.119).

Além de caracterizar-se como estudo de caso, este trabalho tem também algumas características de pesquisa etnográfica, na medida em que “a observação dos sujeitos investigados pelo pesquisador torna-se, então, uma *observação participante*, e esta é sua marca” (MEKSENAS, 2002, p.117).

Neste caso, houve uma inserção do sujeito-pesquisador na Central pesquisada. Esta inserção se deu, principalmente, através da participação em um dos cursos oferecidos pelo espaço investigado. Além disso, as experiências de um

passado militante em um dos sindicatos fundados com o auxílio da Central situam-se como um dos sujeitos deste estudo.

4 AS TENTATIVAS DE RESPOSTAS

Esta seção tem como objetivo explicitar algumas reflexões construídas a partir da análise dos dados empíricos que constituíram as fontes de informação. Esses dados foram buscados através de entrevistas⁷ efetuadas com três categorias de sujeitos envolvidos em um dos cursos de formação oferecidos pela CTB: dirigentes, ministrantes e alunos participantes. Além destes, constam, também, minhas vivências, enquanto pesquisadora participante do mesmo evento. Essa vivência possibilitou que, além de conhecer os outros sujeitos deste estudo e de compreender a organização didática e o significado dos conteúdos trabalhados no curso, se apreciasse a organização da CTB para a efetivação de um de seus objetivos: garantir um espaço de formação política aos dirigentes de seus sindicatos associados.

4.1 OS SUJEITOS DO ESTUDO E SEU INTERESSE COMUM PELA FORMAÇÃO POLÍTICA.

Conhecer os sujeitos⁸ que participaram deste estudo, possibilita um melhor entendimento acerca dos reflexos e significados da formação para cada um deles. Para tanto, podemos nos utilizar do quadro a seguir, que fornece algumas informações consideradas importantes a respeito desses sujeitos.

Quadro 1

SUJEITOS	FUNÇÃO	FAIXA ETÁRIA	GÊNERO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
1	Secretária Nacional de Formação e Cultura	40-45	Feminino	Ensino Superior	Professora
2	Secretária Estadual de Formação e Cultura	35-40	Feminino	Ensino Médio	Metalúrgica

⁷ As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, o que tornou o material muito extenso e impossibilitou sua anexação a este estudo, por existir limitação quanto ao número de páginas. As transcrições estão com a autora e encontram-se à disposição para eventual consulta.

⁸ Por questões éticas da pesquisa os nomes dos sujeitos foram substituídos por numerais.

3	Formador	60-65	Masculino	Pós Graduação	Professor
4	Formador	45-55	Masculino	Doutor	Professor e Sociólogo
5	Aluno	35-45	Masculino	Ensino Fundamental Incompleto	Comerciário
6	Aluno	20-25	Masculino	Ensino Médio	Sapateiro
7	Aluno	35-40	Feminino	Ensino Fundamental	Sapateira
8	Aluno	40-45	Feminino	Ensino Superior Incompleto	Comerciária

Apesar das diferenças apresentadas no quadro acima e que certamente modificam as impressões e o tipo de participação nos cursos ou outras vivências, no âmbito da CTB, esses sujeitos, na condição de atores políticos, estão unidos por semelhantes propósitos e ideologia. Todos os participantes reunidos no curso de formação sejam eles formadores, gestores ou alunos e alunas, têm em comum o acúmulo de experiências vindas através da militância no movimento sindical, que são fundamentais para justificar o ingresso na Central Sindical em questão.

Todos os alunos participantes da pesquisa e os demais participantes do curso observado exercem função de dirigentes no seu sindicato, embora se diferenciem pelas tarefas exercidas em seus cargos. Segundo resposta da Secretária Estadual de Formação a uma das perguntas de entrevista⁹, os cursos:

Se destinam aos dirigentes e a base. A ideia é que os dirigentes dos sindicatos se transformem em formadores e que eles, enquanto formadores, façam essa formação para a sua base. Mas, isso não quer dizer que a Central não possa trazer a base ou ir até ela para realizar a formação (SUJEITO 2).

Pode-se perceber, claramente, a intenção de criação de uma rede de formação, com o objetivo de garantir uma transmissão dos conteúdos dos cursos nas bases dos sindicatos afiliados.

A Pesquisada 1 é Secretária Nacional de Formação e Cultura da Central e, por conseguinte, responsável pela gestão dos cursos oferecidos, desde a concepção, que deverá ser aprovada pelo conjunto de integrantes da direção antes de ser colocada em prática, até o auxílio na execução dos mesmos, que, no caso do Rio Grande do Sul, se dá em parceria com a Pesquisada 2 e com os ministrantes dos cursos. A Pesquisada 1 é formada em Letras pela Universidade Católica de

⁹ As entrevistas encontram-se transcritas conforme o procedimento que segue a fim de diferenciar seu conteúdo de citações bibliográficas.

Minas Gerais – BH, foi professora do ensino médio e cursos preparatórios para pré-vestibular da rede estadual e do setor privado. É militante sindical desde 1983. Foi presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais por duas gestões, do qual, atualmente, participa da direção geral. Foi diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil de 1998 a 2008, diretora da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Educação do setor privado por uma gestão, participou da direção nacional da CUT. Desde a fundação da CTB, assumiu a Secretaria de Formação e Cultura. É, também, responsável pela Secretaria de Formação do Centro de Estudos Sindicais – CES. É militante política, filiada ao Partido Comunista do Brasil desde 1973.

A Pesquisada 2, Secretária Estadual de Formação e Cultura, trabalha como operária em uma fábrica é, também, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, militante do Partido Comunista do Brasil – PCdoB e tesoureira da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul.

O Sujeito 3, formador de um dos cursos, é graduado em Ciências Sociais, com pós-graduação em Sociologia. Segundo suas informações, fornecidas em entrevista, teve participação ativa no movimento sindical durante 27 anos. Próximo da conclusão de curso de pós-graduação, foi presidente do Sindicato dos Professores de Campinas durante três gestões. Depois disso, foi secretário geral da Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPESP, e, em seguida, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE. Em 2009, sai do movimento sindical para dedicar-se à formação dos trabalhadores:

Foi uma opção que eu fiz por entender que, a partir daquele momento, eu deveria entrar mais de cabeça na questão da formação. Eu já vinha trabalhando com o Centro de Estudos Sindicais – CES, mas nesse momento eu fiquei quase que exclusivamente na questão da formação. Hoje, eu sou uma pessoa muito convencida de que a formação é fundamental. Essa formação política sindical tanto para os dirigentes sindicais, quanto para os trabalhadores e trabalhadoras em geral (SUJEITO 3).

Ainda de acordo com as informações dadas, o Sujeito 3 trabalha, hoje, no Centro de Estudos Sindicais – CES, entidade que mantém convenio com a CTB para garantir a formação dos trabalhadores.

O Sujeito 4 também ministra um dos cursos. Tem formação em Ciências Sociais, foi bancário da Caixa Econômica Federal, o que fez com que se tornasse

dirigente do sindicato dos bancários. Foi, também, dirigente do Partido Comunista Brasileiro – PCB ao mesmo tempo em que fazia seu curso de graduação. Após a graduação, fez Mestrado e Doutorado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, período no qual sempre trabalhou como bancário. Posteriormente ao Doutorado fez concurso e tornou-se professor universitário da Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho – UNESP. É, ainda, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, conduz uma área de extensão, ministra palestras e auxilia no processo de formação dos sindicatos e associações. Hoje, não é mais filiado a nenhum partido político

Eu não sou especializado em formação. Essa formação é parte de uma atividade conjunta que eu acho que tem que ser feita. [...] Na verdade, eu não sou somente professor, mas sou também pesquisador e também faço extensão, que é a formação. A formação é a extensão feita em colaboração com as universidades, com aqueles intelectuais que podem colaborar com o movimento sindical, porque o movimento sindical em si não tem condições, porque exige algumas coisas que a sociedade moderna não permite, como a dedicação à pesquisa (SUJEITO 4).

O Sujeito 5 é dirigente do Sindicato dos Comerciários de Farroupilha, tem o ensino fundamental incompleto, ingressou no movimento sindical por convite de um colega de trabalho e cumpre o seu segundo mandato como dirigente.

O Sujeito 6 é dirigente do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom, seu grau de escolaridade é o ensino médio completo e, dentre os participantes da pesquisa é o mais jovem. Faz movimento sindical há um ano, pertence à diretoria há seis meses como Secretário de Formação, além de ser organizador da comissão de juventude.

A Pesquisada 7 é dirigente do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom, seu grau de escolaridade é o ensino fundamental completo.

Por fim, a Pesquisada 8 é dirigente do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre, sua escolaridade é o ensino superior incompleto, ingressou no movimento sindical em 1987, a partir de uma mobilização por aumento de salário.

Conforme as respostas às entrevistas, analisadas nas subseções seguintes, percebe-se, principalmente, o interesse comum dos participantes em torno da formação política, seja na sua concepção, execução ou participação como aluno do curso. Embora não esteja explicitado no quadro 1, considera-se importante destacar que houve como resposta comum a todos os alunos entrevistados a preocupação em levar os conteúdos aos companheiros de movimento.

4.2 SOBRE O PLANEJAMENTO E CONTEÚDO DA FORMAÇÃO

Esta seção pretende explicitar de que forma os princípios ideológicos da CTB são planejados e postos em prática, na forma de conteúdos. Pode-se observar, durante os cursos e entrevistas realizados, que a questão da conscientização da classe trabalhadora está presente com frequência nas falas dos gestores e formadores, além da união entre o saber popular e o saber científico.

Os conteúdos trabalhados durante a realização do curso em nenhum momento contradizem a perspectiva teórico-ideológica defendida pela CTB. Embora por meio de uma dinâmica predominantemente expositiva, tais conteúdos, que versavam sobre a *Origem e o Papel dos Sindicatos* e a *Captura da Subjetividade do Trabalho pelo Capital*, foram complementados por dois textos que reforçam a dimensão política do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para ministrar os cursos, todos os sujeitos escolhidos tinham como área de formação e atuação a docência, o que indica uma preocupação com a qualidade do curso e, principalmente, em unir os intelectuais da academia na formação dos intelectuais da classe trabalhadora. Como afirmado por Gramsci, é de extrema importância “unificar os vários tipos de organização cultural existentes: academias, institutos de cultura, círculos filológicos, etc., integrando o trabalho acadêmico tradicional [...] a atividades ligadas a vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho” (GRAMSCI, 1985, p. 126). Essa preocupação também foi expressa por um dos professores do curso, quando deixa claro que:

Enquanto professor e pesquisador é bom estar dialogando com os sindicatos e eu acho que tem uma carência no Brasil de professores e pesquisadores que tenham esse perfil. [...] Eu sou um intelectual público, não sou professor da academia, não gosto dessa palavra. Então, eu estou aberto à sociedade. (SUJEITO 4)

Em ambas as afirmações, percebemos a importância dada ao diálogo entre os mais diversos setores da sociedade para a construção de uma formação ampla, ultrapassando os limites da academia e trazendo a população para a construção de um saber menos fragmentado, que ultrapasse os espaços acadêmico e escolar, contribuindo para o diálogo permanente com outros espaços educativos.

Quanto à organização didático-pedagógica e seleção dos conteúdos,

percebe-se que a seriedade na escolha e planejamento muito assemelha-se ao rigor escolar. Há, de certa forma, uma hierarquização dos conteúdos, no sentido de iniciar pela história, concepções de movimentos até chegar ao ápice, ou seja, o ensinamento de como fazer uma análise de conjuntura.

No curso básico, nós selecionamos, o CES junto com a Secretaria de Formação da CTB, quatro temas, que consideramos básicos, que todo dirigente sindical deveria conhecer: [...] história do movimento sindical; as forças, as concepções, as ideias que estão presentes no movimento sindical; grandes transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho; análise de conjuntura (SUJEITO 3).

A esse respeito acrescenta, ainda, uma importante contribuição:

[...] a história do movimento sindical, a origem dos sindicatos. Isso é uma coisa básica de ser discutida e qualquer atividade que estivermos desenvolvendo. Eu acho importante conhecer a história. Do contrário, nós entramos no movimento achando que ele começou ali, há cinco ou dez anos ou com as greves do ABC paulista, que são as greves mais importantes. Mas é claro que o movimento começou muito antes no Brasil, na Europa, na Inglaterra. Então, entender como começou o sindicalismo, como é a história desse movimento, é algo que nós consideramos muito importante em um curso básico de sindicalismo (SUJEITO 3).

Conforme os apontamentos acima e as questões observadas no curso, fica clara a preocupação em transpor para os conteúdos de sala de aula a principal diretriz apontada pela Central: a conscientização da classe trabalhadora.

Preocupar-se com a apropriação histórica, diz respeito a entender as lutas feitas pelos trabalhadores e compreender que o presente é síntese e resultado do passado e dessas lutas. Esse entendimento dá aos sujeitos instrumentos para ação prática que, como nos diz Freire, “a questão fundamental não está em que o passado passe ou não passe, mas na maneira crítica, desperta, com que entendamos a presença do passado em procedimentos do presente” (FREIRE, 2000 p.75). Para isso, se faz necessário também “selecionar e desenvolver as capacidades intelectuais da massa popular, que hoje são sacrificadas e definham em erros e tentativas sem perspectivas” (GRAMSCI, 1985, p. 126). O desenvolvimento da capacidade intelectual aliado à compreensão do passado e das lutas contribui para a percepção da forma com que a exploração se repete hoje, de uma forma mais sutil, travestida, que se dá, não somente pela questão econômica, mas também através de outros meios, como a cultura e a ideologia. Por esse motivo, cada vez se torna mais importante a conquista desses espaços de resistência e combate a aos

meios de roubo da consciência classista dos trabalhadores.

Outra preocupação necessária quanto aos conteúdos desenvolvidos, se faz no sentido do entendimento das diferentes perspectivas que disputam o espaço do movimento sindical. É imprescindível compreender que existe um grande número de formas de fazer movimento, por isso:

[...] quem está atuando precisa saber se tem convicção sobre quais os conceitos básicos sobre os quais se vai atuar, quais são os objetivos gerais que tem ao atuar, o que os outros estão pensando, que há outras concepções diferentes. (SUJEITO 3).

Portanto, é fundamental explicitar as diferentes formas com que o sindicalismo se expressa, caso contrário, há um grande risco de engano, de achar que existe somente um tipo de movimento sindical. Formar para uma perspectiva classista, diz respeito ao conhecimento da realidade concreta e a formação crítica, como reafirmado pelo formador entrevistado quando questionado sobre seus critérios de seleção de conteúdos:

Os critérios são partir desse acúmulo de reflexão, produção, pesquisa sobre essa temática. [...] A ideia é discutir trabalho, sindicalismo numa ótica de crítica ao capital, nessa linha marxista. A escolha dos conteúdos se dá por esse campo: de formação sobre uma perspectiva política, crítica e eu acredito que ela é importante nesse movimento. (SUJEITO 5)

No decorrer das análises, percebeu-se, claramente, a transposição em forma de conteúdos dos diversos objetivos trazidos pela Central em seus materiais e reafirmados por seus gestores. Há uma congruência entre a gestão da educação e a forma como é posta na prática, principalmente no entendimento sobre o papel dos sindicatos como instrumento de lutas da classe trabalhadora e parte de uma luta maior, emancipatória, na construção de outro modelo de sociedade.

A articulação entre a gestão do curso, a escolha dos conteúdos e a transposição destes em aula é determinante para os reflexos que acarretarão nos trabalhadores em formação, como podemos verificar nos excertos de entrevistas citados nos quadros abaixo relacionados. Esses quadros têm como propósito sintetizar a explanação feita pelos entrevistados, em quadros comparativos, contribuindo para verificar a forma com que os princípios são concebidos, transpostos em conteúdos e como são entendidos pelos formandos. Além disso, é importante verificar os posicionamentos em relação às mesmas questões, que, na

maioria dos casos, estão em consonância, mas em outros, principalmente no que diz respeito aos alunos, diferem dependendo da idade, gênero, tempo de militância e, principalmente, do grau de escolarização. Algumas questões feitas se diferenciaram com o desenrolar das entrevistas, entretanto, para facilitar a análise e comparação dos resultados, foram utilizadas as questões semelhantes a cada categoria participante.

Quadro 2

SECRETÁRIAS DE FORMAÇÃO E CULTURA	EXCERDOS DAS QUESTÕES DE ENTREVISTA				
	Princípios e diretrizes dos cursos de formação	Conversão dos princípios e diretrizes em objetivos e conteúdos	Origem das fontes financeiras para garantir a formação	Avaliação dos cursos e de seus efeitos sobre os trabalhadores	Os conteúdos e as necessidades trazidas pelos trabalhadores
1	<p>“Quando nós fundamos a CTB [...] aprovamos também vários princípios: solidariedade, internacionalismo entre os trabalhadores e trabalhadoras, democracia, pluralismo de ideias na Central e assim por diante. [...] foi aprovado o seguinte: a CTB deve trabalhar na conscientização de classe da classe trabalhadora.”</p>	<p>“É nos cursos que nós oferecemos, nas nossas revistas, na nossa página na internet, na nossa prática sindical. [...] É uma concepção de classe [...]. Ela se transforma nesses materiais que nós divulgamos: jornais, vídeos, etc. [...] Uma reunião de mulheres ou uma discussão sobre o meio ambiente são espaços de formação. Nós entendemos que a formação é transversal a todos os temas.”</p>	<p>“Esse cursos que nós damos nos estados, a CTB paga para o CES, que é responsável pelos professores, pelo material, etc. Além desse valor que a CTB paga ao CES, para dar esses cursos nos estados, a CTB nacional assume as despesas comigo, secretária de formação. Há também um valor cobrado dos sindicatos participantes dos cursos no sentido de garantir a estrutura e alimentação.”</p>	<p>“Todos os cursos realizados têm ao final, uma avaliação por escrito, que todo o participante faz, com duas perguntas fundamentais: quais os pontos positivos e quais as propostas de novos temas e novos cursos. [...] A CTB tem uma suposição, não avaliação, de que esses cursos têm ajudado no crescimento da CTB, mas não temos dados para ver se isso está acontecendo realmente. [...] até porque é um processo de tempo muito curto.”</p>	<p>“Nós vamos tratar da questão jurídica porque em todos os lugares os trabalhadores solicitam mais informações sobre essa questão. Então nós já estamos providenciando com a assessoria jurídica da CTB, uma formação sobre essa questão. [...] Tem outra questão, que é a negociação coletiva e gestão da entidade. [...] Tem o curso que é proposto pela CTB nacional, que foi o que aconteceu aqui, e temos também temos outros cursos que depende da necessidade de cada CTB estadual.”</p>
2	<p>“Formar a classe trabalhadora para o seu projeto de transformação da sociedade. [...] Não é somente uma formação para adquirir conhecimento, mas tem o propósito de transformar.”</p>	<p>“Tanto na prática cotidiana, nas direções quanto na hora de elaborar um curso. [...] Quando se faz um jornal de divulgação, uma revista da mulher, um trabalho com a juventude trabalhadora ou sobre a questão do meio ambiente [...]”</p>	<p>“As entidades sindicais filiadas à CTB financiam os cursos. Então, o que cada entidade investe no seu participante, nós procuramos pegar um local adequado em que o custo não seja muito alto. Neste curso, cada entidade investiu 150,00.”</p>	<p>“Levando em conta a participação do público e o que esse público faz posteriormente a isso. [...] Como a CTB tem apenas dois anos, acho que o tempo ainda não é suficiente para fazer essa avaliação do efeito. Mas, o que nós avaliamos é que as pessoas que passam pelo curso, de alguma forma, no seu sindicato, elas mudaram algo.”</p>	<p>“São de duas formas: das necessidades que a central enxerga e a demanda que os trabalhadores também trazem para a CTB. Nós não temos uma formação fechada. Ela pode ser mudada de acordo com as necessidades que a base da CTB coloca.”</p>

Quadro 3

FORMADORES	EXCEROTOS DAS QUESTÕES DE ENTREVISTA				
	Motivo para tornar-se ministrante de um curso de formação política	Formação para atuar como ministrante dos cursos oferecidos pela CTB	Critérios adotados para a seleção dos conteúdos do curso(s)	Planejamento e organização dos encontros	Opinião sobre o significado das formações para os participantes
3	<p>“Na prática sindical, até pela própria situação do sistema capitalista, não é fácil conseguir fazer com que os dirigentes sindicais estudem e façam movimento sindical. Isso eu vi por mim mesmo: nos momentos em que eu estava mais envolvido com o movimento sindical, eu tinha mais dificuldades de sentar e estudar porque eu tinha que dar respostas rápidas àquilo que vinha acontecendo.”</p>	<p>“Eu me sinto muito bem porque voltei a dar aulas. Como eu tive essa vivência no movimento sindical, eu sei um pouco do que as pessoas estão pensando, quais são as aspirações, os problemas atuais, a questão que se levanta todos os dias de como mobilizar a categoria. [...] Essa forma que eu encontrei de unir as aulas com a vivência sindical que eu tenho, faz com que eu me sinta bem nessa função.”</p>	<p>“No curso básico, nós selecionamos, o CES junto com a secretaria de formação da CTB, quatro temas, que consideramos básicos, que todo dirigente sindical deveria conhecer: [...] história do movimento sindical; as forças, as concepções, as ideias que estão presentes no movimento sindical; grandes transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho; análise de conjuntura”</p>	<p>“A partir das experiências que nós vamos tendo, das questões que vão aparecendo e das avaliações que são feitas ao final de cada curso, nós procuramos alterar para melhorar e tentar suprir as deficiências que o curso possa ter. [...] é importante que aqueles que estão estudando possam opinar e que sejam elaborados a partir das questões que vão sendo levantadas, porque a aprendizagem se torna maior e não fica sem vínculo com a realidade.”</p>	<p>“Geralmente, as pessoas têm um impacto positivo em relação aos cursos. [...] Como decorrência do curso, a expectativa que nós temos é que os participantes consigam entender a importância do estudo, a necessidade da formação e que consigam dar sequência porque nós entendemos que a formação tem que ser continuada.”</p>
4	<p>“Enquanto professor e pesquisador é bom estar dialogando com os sindicatos e eu acho que tem uma carência no Brasil de professores e pesquisadores que tenham esse perfil. [...] Eu sou um intelectual público, não sou professor da academia, não gosto dessa palavra. Então, eu estou aberto à sociedade.”</p>	<p>“Todos nós somos intelectuais, o Gramsci falava isso. Então, eu acho que todos os intelectuais têm que estar contribuindo para a formação numa perspectiva crítica, de classe. [...] Ministrar um curso como esse, às vezes, me dá insegurança, porque eu estou lidando com outro universo. Eu tenho essa insegurança. Eu não sei se eu estou conseguindo me comunicar, se estou sendo entendido.”</p>	<p>“Os critérios são partir desse acúmulo de reflexão, produção, pesquisa sobre essa temática. [...] A ideia é discutir trabalho, sindicalismo numa ótica de crítica ao capital, nessa linha marxista. A escolha dos conteúdos se dá por esse campo: de formação sobre uma perspectiva política, crítica e eu acredito que ela é importante nesse movimento.”</p>	<p>“Procuo saber o público com o qual eu estou lidando. [...] É como aquele artista, que dá um show e escolhe seu repertório quando sente o público. E tem muito disso na formação. Ela não pode ser algo mecânico, em que você chega com tudo pronto. Você chega com o básico, mas isso muda. [...] O ideal seria que fosse planejado mais especificamente, mas o ideal é algo um pouco difícil de se fazer, então eu faço o que é possível. [...] Mas, a minha grande dúvida é como tentar atingí-los.”</p>	<p>“Quanto a necessidade, sem sombra de dúvidas, a formação é fundamental para formar a classe, o sujeito histórico, de luta por um sociedade emancipada. [...] Mas, será que eles se vêem assim participando do curso? Eles podem achar que isso aqui é como uma escola. [...] E nós temos que compreender o fato de ser assim, porque geralmente a formação é vista como uma escola. E é com isso que eu acho temos que ter cuidado: para desescolarizar a formação. É difícil.”</p>

Quadro 4

ALUNOS EM FORMAÇÃO	EXCEROTOS DAS QUESTÕES DE ENTREVISTA				
	Forma de Ingresso no Movimento sindical	Influências do curso nas opiniões sobre o movimento	As formações e o fortalecimento da participação no movimento	Conhecimentos do curso em outras situações de vida	Relação entre os conteúdos do curso e os conteúdos escolares
5	A convite de um amigo	Sim. “Podemos ver os movimentos que estão explicando.”	Percebe-se, nesta resposta, a preocupação em levar os conteúdos para a base, mas não uma ligação entre os cursos e a prática sindical.	“Uma coisa ou outra a gente vai se lembrar para poder atuar.”	“Aqui a gente vai mais para a parte do trabalhador, a gente vai mais para a luta. Já a escola começa ensinando lá da primeira série e vai ensinando todas as séries.”
6	Não respondeu	“Não modificou, mas reafirmou. [...] Eu acho que está na classe modificar o sistema que está aí.”	“Com certeza. [...] O curso te coloca a história realmente”	“Sim, porque o movimento de classes é um movimento de toda a vida.”	“Não vejo nenhuma relação. A escola não passa esses valores.”
7	Não respondeu	“Modificou bastante. Eu aprendi a passar para os companheiros do chão de fábrica um pouco do que eu aprendi e tentar trazer para o movimento sindical as pessoas que estão na fábrica.”	“Eu espero que sim, porque eu fico nervosa e não consigo me expressar em público.”	“Sim. Sobre família, sobre o lado cristão. Sobre a pessoa tentar batalhar para melhorar a família.”	“Sim. Isso me ajuda bastante e me incentivou bastante de voltar a sala de aula e concluir o segundo grau.”
8	Através de mobilizações por aumento de salário.	“Sim. Eu tenho uma visão pelo que eu vivo pelo que eu vejo, pelo que eu escuto e pelo que eu leio. Nesse curso, agora, eu tive esclarecimento de coisas que eu não sabia.”	“[...] me desinibiu porque me dar mais conhecimento do que eu estou falando. [...] Contribuem também no atendimento da categoria [...] mostrando porque que é interessante a luta, que nós não conseguimos nada sozinhos.”	“Acréscem. Muitas coisas que eu aprendo, leio e vejo eu tento passar isso, multiplicar para a minha filha, eu estou sempre tocando na história do passado com ela, porque que existe sindicato, porque que é importante lutar.”	“[...] Esse curso que nós estamos fazendo contribui, por exemplo, para a matéria História. Outros cursos que eu fiz, contribuem para a matéria matemática, porque eu aprendi a fazer rescisão de contrato, eu aprendi a calcular salários.”

4.3 SOBRE OS ESPAÇOS PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA

A forma como é concebida a educação em determinado espaço é de extrema importância para que se entenda como os princípios adotados são tratados na prática. É nesse momento que se verifica a necessidade de fazer uma avaliação crítica de como esses princípios estão sendo transpostos através dos conteúdos previamente escolhidos. No que concerne a gestão da educação no espaço da CTB, pode ser verificado que, apesar de ser um espaço não-escolar, muito se assemelha aos espaços escolares, tanto no que diz respeito ao planejamento, execução dos objetivos pretendidos, quanto a organização do espaço físico para que isso possa acontecer da forma mais adequada.

A análise do espaço em questão demonstra um projeto de formação em consonância com os princípios explicitados nos materiais analisados. Conforme nos afirma a Secretária Nacional de Formação e Cultura, durante o Congresso de fundação da Central foram aprovados alguns princípios que deveriam reger as ações da CTB. Quanto à educação, ficou definido que:

A CTB deve trabalhar na conscientização de classe trabalhadora (SUJEITO 1).

A conscientização pode ser considerada o papel fundamental na educação das classes populares, pois nasce de uma necessidade de lançar o “olhar mais crítico possível da realidade, que a *desvela* para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 2001, p.33). Ao conhecer e conscientizar-se desses mitos, o sujeito transforma-se e, desta forma, contribui para a transformação social. Como nos afirma a Secretária Estadual de Formação e Cultura, os cursos feitos pela entidade têm como principal objetivo,

Formar a classe trabalhadora para o seu projeto de transformação da sociedade. [...] Não é somente uma formação para adquirir conhecimento, mas tem o propósito de transformar” (SUJEITO 2).

A pretensão de conscientizar que, na perspectiva freiriana, não diz respeito somente ao conhecimento da realidade, mas tem como princípio elementar a sua

transformação, traz consigo o comprometimento com a mudança social. Este comprometimento está compreendido como essencial dentre os princípios da CTB.

Entretanto, apesar de a formação acontecer de forma semelhante aos espaços escolares, no que diz respeito às aulas, não se dá somente dessa forma. A educação da Central é pensada de forma que a conversão desses princípios em conteúdos não aconteça somente nos cursos, mas que também haja uma transversalidade em relação aos outros espaços. A educação não-escolar, por seu caráter político e sem diretrizes fixas, como acontece na educação escolar, permite que “os espaços educativos localizem-se em territórios que acompanhem trajetórias de vida dos grupos” (GOHN, 2006, p. 29). Como afirma a Secretária Nacional de Formação e Cultura,

A formação acontece “nas nossas revistas, na nossa página na internet, na nossa prática sindical. [...] Ela se transforma nesses materiais que nós divulgamos: jornais, vídeos, etc. [...] Uma reunião de mulheres ou uma discussão sobre o meio ambiente são espaços de formação” (SUJEITO 1).

É importante salientar a afirmação de que a militância diária contribui para a formação desses sujeitos, como considera Gohn (1994):

A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado. Os encontros e seminários contribuem para a formação dessa visão que historiciza os problemas. Este conhecimento leva à identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana. (GOHN, 1994, p. 20).

Gohn (2008) argumenta, ainda, que um dos pressupostos da educação não-escolar é a sua capacidade de organizar-se em outros meios que não a sala de aula. É um tipo de aprendizagem que se dá na prática social, nas ações entre os indivíduos que produzem saberes coletivos. Esse tipo de educação acontece muito no plano da comunicação oral dos movimentos ou grupos sociais organizados, na medida em que, na oralidade e na discussão, constroem conhecimentos. “O processo ocorre a partir de relações sociais, mediadas por agentes assessores, e é marcado por elementos de intersubjetividade à medida que os mediadores desempenham o papel de comunicadores” (GOHN, 2008, p. 104).

Pelas questões explicitadas, percebe-se que a Central corrobora com os

princípios gramscianos, pois se propõe a ser uma escola da classe trabalhadora, que forme intelectuais formadores de opinião vindos desta classe.

A ideia é que os dirigentes dos sindicatos se transformem em formadores e que eles, enquanto formadores, façam essa formação para a sua base (SUJEITO 2).

De acordo com Gramsci (1985), os intelectuais não são, nem poderiam ser, uma categoria à parte, uma classe separada. Ao contrário, cada grupo social forma a sua categoria de intelectuais. Para uma Central que se predispõe a formar os trabalhadores de maneira emancipatória é imprescindível ressaltar o caráter classista dessa formação, que se predispõe a “criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam nessas escolas” (GRAMSCI, 1985 p. 117). Se cada classe social tende a criar seus próprios intelectuais, se faz necessário que existam espaços em que seja pensada e gerida essa formação. Um espaço que integre os conhecimentos e que seja produtor de conhecimentos coletivos, acontecendo em face da mediação dos professores, mas principalmente com a participação dos alunos (GRAMSCI, 1985). Entretanto, podemos acrescentar, compartilhando deste pensamento, como atores mediadores do conhecimento tanto os formadores de um curso, como os envolvidos nas discussões feitas em uma assembleia ou, ainda, os textos, revistas, jornais e demais materiais utilizados com o propósito de formar.

Em suma, é necessário destacar que a gestão da educação não-escolar neste espaço acontece de forma muito semelhante à educação escolar, no que diz respeito à rigorosidade da concepção e execução dos princípios e diretrizes propostos, mas, para além disso, tem como característica fundante o incentivo à participação política e a valorização e formação dos intelectuais orgânicos da entidade, apreciando a relação com o outro no processo de aprendizagem e o entendimento de que teoria e prática precisam estar interligadas no processo de conscientização para que a Central não se transforme em uma escola convencional, perdendo, assim, a sua finalidade primordial de auxiliar a classe trabalhadora no projeto de transformação social.

4.4 POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR E NÃO-ESCOLAR

As relações entre educação escolar e não-escolar precisam estar interligadas de forma a trabalharem para garantir seus objetivos comuns. Dentre esses objetivos, poderíamos citar um grande número. Porém, neste caso, destaca-se a formação relacionada à participação política e construção da cidadania.

A expansão pela qual passou o sistema escolar de ensino no último século ainda está longe de garantir uma instituição escolar qualificada que dê possibilidades de um desenvolvimento integral dos indivíduos, pois essa ainda está distante dos anseios e necessidades da maioria da população. A escola, apesar de seus avanços e democratização de acesso, não pode dar conta sozinha da formação integral dos sujeitos.

Se cada momento histórico traz consigo sujeitos com novas necessidades, a escola, como instituição inserida nesse contexto, precisa adequar-se e modificar-se para atender a essas demandas. Como nos apresenta Gramsci (1985), a nova sociedade demanda uma escola criadora. Essa escola precisa ser um espaço que dê conta da investigação, integrando conhecimentos intelectuais e manuais e, desta forma, avançando nos sentidos de que não haja mais uma enorme distinção entre esses conhecimentos. Trilhar este caminho é fundamental para a redução entre as desigualdades de formação entre as classes sociais, já que os trabalhadores estão mais próximos das tarefas manuais e, portanto, do mercado de trabalho, do que dos conhecimentos considerados escolares. Para suprir essa necessidade e complementar a formação dos trabalhadores, no sentido de garantir uma formação mais política, é necessário, portanto, que haja uma ampliação dos espaços não-escolares, sem que isso signifique um distanciamento entre ambos.

Entretanto, não podemos nos deixar seduzir pelo discurso de que a educação não-escolar pode dar conta da formação dos cidadãos em substituição à escolar, pois seria retirar desta o papel de atuar como espaço de inclusão de todos e primeira formadora de cidadãos participantes. No decorrer das entrevistas, pode-se compreender que, ao ser questionado sobre a relação entre os conteúdos do curso e os conteúdos escolares, o sujeito com maior grau de escolaridade respondeu baseado em conceitos que se distanciam do senso comum:

[...] Esse curso que nós estamos fazendo contribui, por exemplo, para a matéria História. Outros cursos que eu fiz, contribuem para a matéria Matemática, porque eu aprendi a fazer rescisão de contrato, eu aprendi a calcular salários (SUJEITO 8).

A formação escolar participativa acontece constantemente, desde o primeiro contato com a sala de aula e sua troca de experiências com alunos e professores, até as primeiras participações nos órgãos escolares e grêmios estudantis. Os dois tipos de educação aqui descritos, não podem ser compreendidos como dicotômicos, e sim interligados para garantir o desenvolvimento dos sujeitos:

A educação não-formal tem alguns de seus objetivos próximos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho ou a participação em uma luta social [...] (GOHN, 2006, p.32)

A partir do citado acima, podemos concluir que a educação não-escolar precisa estar profundamente aliada à educação escolar no sentido de complementá-la. Há uma necessidade de interação entre as duas que contribui para atingirem determinado objetivo. “As dimensões – escolar e não-escolar – precisam ser analisadas não como duas unidades estanques, [...]” (SPOSITO, 2008) e contrapostas, e sim de forma a estarem permanente articuladas. A educação não-escolar, entretanto, nasce da necessidade de novos meios de combate às novas lutas sociais existentes na atualidade, das quais, certamente, a escola sozinha não pode responsabilizar-se. “Propomos, em suma, a articulação da educação formal com a não-formal para dar vida e viabilizar mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo” (GOHN, 2006, P. 37)

Para tanto, se faz necessária a criação de novos espaços educativos nascidos das necessidades do grupo em questão e no seio das suas lutas, para que, além de contribuírem com essas lutas, não se distanciem da realidade dos sujeitos em questão.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pensar na educação como forma de contribuir para a formação de sujeitos com participação política em uma sociedade que o tempo todo nos diz que essa participação não é importante, é uma tarefa um tanto audaciosa e traz consigo grandes contradições, desafios e inúmeros questionamentos.

A grande questão que fica é: Como se pode pensar em educar para a participação política na sociedade de hoje? Existe uma forma de fazer isso? Acredita-se que não existem respostas conclusivas a essas perguntas. Entretanto, certamente, existem alguns espaços que procuram organizar-se numa tentativa de alcançar esse objetivo.

Em nenhum momento esse trabalho se propôs identificar um modelo, que pudesse ser transposto para outros espaços. No entanto, o estudo neste espaço pode ensinar que as novas formas de luta política criam novos espaços de resistência capazes de pensar e atuar na sociedade atual. Neste caso, nota-se a preocupação com que a classe trabalhadora forme sua própria categoria de intelectuais como forma de combate aos ideais que diferenciam e desvalorizam o trabalho manual em detrimento ao trabalho intelectual.

Assim, frente ao estudo, fica constatado o esforço da Central em formar politicamente os trabalhadores ao garantir um espaço para essa formação específica aos dirigentes de seus sindicatos associados. Esse esforço pode significar uma grande contribuição para a emancipação da classe trabalhadora, no sentido de que esta venha a se apropriar de conceitos que auxiliem na sua identificação enquanto classe social e que, por consequência, contribuam para qualificar a sua participação política na sociedade.

Verificou-se, ainda, que a formação oferecida no espaço da CTB pode contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade que valorize a classe trabalhadora, o que demonstra o compromisso com a elaboração de um projeto de formação em consonância com os princípios explicitados no seu estatuto. O compromisso com a conscientização dos sujeitos coopera para a sua mudança. E, se por si só, a educação não é capaz de transformar o mundo, é capaz de contribuir para a modificação dos sujeitos que participarão conscientemente dessas transformações.

Esse caráter mudancista surge, também, da articulação que pode dar-se em torno da educação não-escolar e escolar, no sentido de formar para a participação política, já que o caráter de complementaridade que existe entre as duas pode representar um novo impulso para o processo de conscientização e emancipação dos trabalhadores e para a tão sonhada qualidade social da educação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto. **O filósofo e a política**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. **Desenvolvimento com valorização do trabalho**: textos e documentos da CTB. São Paulo: CTB, 2008.

DOU – Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 mar. 2010. Seção 1, p. 79.

GADOTTI, Moacir. **A questão da Educação Formal/Não-Formal**. www.paulofreire.org/.../Educacao_formal_ao_formal_2005.pdf. Acesso em 07 de abril de 2010.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan./mar. 2006. <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas pedagógicas e outros escritos. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação sindical entre o conformismo e a crítica**. São Paulo: Loyola, 1986.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos. Brasília, 1997. <http://www2.ufba.br/~paulopen/AnalisedePoliticPublicas.doc>
Acesso em 29 de Julho de 2007.

MEKSENAS, Paulo. Métodos em pesquisa empírica. In: MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica**: conceitos, métodos e práticas. São Paulo, Loyola, 2002.

SILVA, Guilherme Gil da. **Um estudo sobre a formação política na Educação Física**. Porto Alegre: Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n.3, p. 83-98, jul/dez. 2008.